# O ESTADO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS RIBEIRINHAS DE 0 A 2 ANOS NO NORTE DO PAÍS

# THE NUTRITIONAL STATUS OF RIVERINE CHILDREN AGED 0 TO 2 IN THE NORTH OF THE COUNTRY

# EL ESTADO NUTRICIONAL DE LOS NIÑOS RIBEREÑOS DE 0 A 2 AÑOS EN EL NORTE DEL PAÍS

**Gabriela Melo de Maria**
Graduanda em Enfermagem
Instituição: Universidade Federal do Pará
E-mail: reisgabriela543@gmail.com

**Luzia Viana Lisboa**
Enfermeira
Instituição: Universidade da Amazônia
E-mail: lisboaluzia1@gmail.com

**Perla Soares de Oliveira**
Bacharel em Nutrição
Instituição: Faculdade da Amazônia
E-mail: perla.nutri40@gmail.com

**Vânia Maria Martins Florentino**
Residente em Atenção Clínica Especializada em Cardiologia
Instituição: Universidade do Estado do Pará
E-mail: psi.vaniaflorentino@gmail.com

**Karla Cavalcante Quadros**
Bacharelado em Nutrição
Instituição: Centro Universitário UNINASSAU
E-mail: nutrikarlacavalcante@gmail.com

**Lorenna de Abreu Otaviano**
Graduanda em Enfermagem
Instituição: Faculdade Bezerra de Araújo
E-mail: lorenna.otaviano98@gmail.com

**Emanuelle Nunes Cardoso**
Graduanda em Enfermagem
Instituição: Faculdade Paraense de Ensino
E-mail: emanuelle.nc.23@gmail.com

**Camila Teixeira Silva**
Graduanda em Fisioterapia
Instituição: Universidade Federal do Pará
E-mail: fisio.camila.teixeira@gmail.com

**Ana Karoline Vilela Costa**
Enfermeira
Instituição: Universidade do Estado do Pará
E-mail: karolineeevilela@gmail.com

**Ana Rita Santana Cruz**
Graduanda em enfermagem
Instituição: Universidade da Amazônia
E-mail: anaritasantanacruz@gmail.com

**Eloá Manoeli Cardoso Sousa**
Enfermeira
Instituição: Centro Universitário Fibra
E-mail: eloamanoeli074@gmail.com

**Lorena Beatriz Santos Santos**
Graduação em Enfermagem
Instituição: Centro Universitário do Estado do Pará
E-mail: Lorenabsantos.enf@gmail.com

**Wendell Alencar dos Santos**
Mestre em Clínica Odontológica
Instituição: Centro Universitário do Estado do Pará
E-mail: wendellasantos@yahoo.com

**Letícia Gomes de Oliveira**
Doutoranda em Virologia
Instituição: Instituto Evandro Chagas
E-mail: enf.leticia25@gmail.com

**RESUMO:** Este estudo teve como objetivo descrever o estado nutricional de crianças ribeirinhas de 0 a 2 anos na região Norte do Brasil, no ano de 2024, com base em dados disponibilizados pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). Trata-se de uma pesquisa de natureza descritivo-epidemiológica, com abordagem quantitativa, realizada por meio de dados secundários coletados no banco do SISVAN em junho de 2025. Foram analisadas variáveis como sexo, faixa etária, peso, raça/cor, comunidade e região, com tratamento estatístico descritivo por meio dos softwares BioEstat 5.3 e Microsoft Excel. Os resultados mostraram que, dentre os sete estados da região Norte, apenas o Pará e o Amazonas apresentaram registros sobre o estado nutricional infantil. A maioria das crianças analisadas demonstrou peso adequado para a idade, com leve ocorrência de peso baixo e peso elevado, especialmente no estado do Pará. A raça parda foi a mais prevalente entre os registros. Apesar do cenário aparentemente satisfatório entre os casos disponíveis, os dados ainda são escassos e não permitem generalizações sobre a realidade nutricional das crianças ribeirinhas da região Norte como um todo. A baixa cobertura do SISVAN, aliada a fatores geográficos, sociais e culturais, dificulta o monitoramento e a formulação de políticas públicas mais eficazes. O estudo destaca a necessidade de ampliar o alcance da vigilância nutricional e reforçar ações de saúde voltadas a populações em situação de vulnerabilidade.

**Palavras-chave:** Nutrição. Infância. Ribeirinhos.

**ABSTRACT:** The aim of this study was to describe the nutritional status of riverine children aged 0 to 2 in the northern region of Brazil in 2024, based on data provided by the Food and Nutrition Surveillance System (SISVAN). This is a descriptive-epidemiological study, with a quantitative approach, carried out using secondary data collected from the SISVAN database in June 2025. Variables such as gender, age group, weight, race/color, community and region were analyzed, with descriptive statistical treatment using

BioEstat 5.3 and Microsoft Excel software. The results showed that, of the seven states in the North, only Pará and Amazonas had records of children's nutritional status. Most of the children analyzed showed adequate weight for their age, with a slight occurrence of low weight and high weight, especially in the state of Pará. The brown race was the most prevalent among the records. Despite the apparently satisfactory scenario among the available cases, the data is still scarce and does not allow generalizations to be made about the nutritional reality of riverine children in the northern region as a whole. The low coverage of SISVAN, combined with geographical, social and cultural factors, makes it difficult to monitor and formulate more effective public policies. The study highlights the need to broaden the scope of nutritional surveillance and strengthen health actions aimed at vulnerable populations.

**Keywords:** Nutrition. Childhood. Riverside Dwellers.

**RESUMEN:** El objetivo de este estudio fue describir el estado nutricional de los niños ribereños de 0 a 2 años de la región norte de Brasil en 2024, a partir de los datos proporcionados por el Sistema de Vigilancia Alimentaria y Nutricional (SISVAN). Se trata de un estudio descriptivo-epidemiológico con abordaje cuantitativo, realizado a partir de datos secundarios recolectados de la base de datos del SISVAN en junio de 2025. Se analizaron variables como sexo, grupo de edad, peso, raza/color, comunidad y región, con tratamiento estadístico descriptivo utilizando los programas BioEstat 5.3 y Microsoft Excel. Los resultados mostraron que, de los siete estados del Norte, sólo Pará y Amazonas tenían registros del estado nutricional de los niños. La mayoría de los niños analizados presentaba peso adecuado para su edad, con ligera ocurrencia de bajo peso y alto peso, especialmente en el estado de Pará. La raza parda fue la más prevalente entre los registros. A pesar del escenario aparentemente satisfactorio entre los casos disponibles, los datos aún son escasos y no permiten hacer generalizaciones sobre la realidad nutricional de los niños ribereños de la región Norte como un todo. La baja cobertura del SISVAN, combinada con factores geográficos, sociales y culturales, dificulta el monitoreo y la formulación de políticas públicas más eficaces. El estudio destaca la necesidad de ampliar el alcance de la vigilancia nutricional y fortalecer las acciones de salud dirigidas a las poblaciones vulnerables.

**Palabras clave:** Nutrición. Infancia. Habitantes de los Ríos.

## 1 INTRODUÇÃO

O perfil nutricional de crianças é avaliado em diferentes regiões brasileiras. No sul do país, um estudo recente com crianças pré-escolares demonstrou que a maioria alcança um estado nutricional adequado, ainda que algumas apresentem percentuais de obesidade e sobrepeso (GOBI et al., 2023). Outro estudo na mesma região, com crianças do primeiro ano do ensino fundamental, apontou para um perfil nutricional predominantemente saudável quanto às concentrações de folato, vitamina B12 e vitamina D (CASAL et al., 2024). No centro-oeste, um estudo com crianças de 2 a 3 anos apontou para um quantitativo de peso adequado para a idade da maioria da sua amostra (MAYCÁ et al., 2024).

Em contrapartida, a região norte obteve a segunda maior taxa de óbitos infantis por anemia nutricional entre os anos 2008 e 2020, sendo superada apenas pela região nordeste (CAJAIBA et al., 2023). Uma pesquisa realizada na mesma região através dos dados coletados em 2013, em que foram analisadas 7.520 crianças indígenas com idade inferior a 5 anos, apontou para uma alta prevalência de desnutrição crônica em quase metade da sua amostra (MEDEIROS et al., 2023). Outra pesquisa realizada com a população de 26 aldeias localizadas no Amazonas, em que foram analisadas mães com idade entre 14 e 49 anos e crianças com menos de 60 meses de idade, observou-se uma elevada prevalência de desnutrição crônica e anemia tanto nas mulheres quanto nas crianças (SANTOS JUNIOR et al., 2024).

A amamentação está entre as ações de cuidado na primeira infância de crianças ribeirinhas, entre 1 ano e 7 meses a 2 e 3 anos (BRITO, SANTANA, 2024). Para a população quilombola, a amamentação é praticada de forma geracional, entretanto outras formas de alimentação para além do leite materno são introduzidas precocemente devido à convicção de que o aleitamento é insuficiente (WERNET et al., 2025). Quanto a outros dados nutricionais, resultados de um estudo recente apontam para um baixo percentual de crianças ribeirinhas de 2 a 4 anos consumindo frutas, legumes e verduras e um alto percentual de consumo de ultraprocessados (FERREIRA et al., 2023).

O Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) mais do que dobrou o percentual da população monitorada de 2008 a 2019 para todas as faixas etárias e regiões, com exceção das regiões sul e sudeste. Entretanto, em 2020 houve uma diminuição importante do seu alcance. Ainda assim, o sistema cobre uma maior população das regiões Norte e Nordeste. A extensão da cobertura do SISVAN é fortemente associada à cobertura do acompanhamento de crianças beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) (MREJEN, CRUZ, ROSA, 2023).

Estudos recentes demonstram problemas de segurança pública que fazem parte do panorama nutricional. Usuárias do PBF demonstraram desconhecimento diante das ações desenvolvidas pelo sistema e de informações de consumo alimentar, ainda que percebam a relevância da orientação nutricional (PINTO, 2023). A insegurança alimentar relacionada à insegurança hídrica (MATA, SANUDO, MEDEIROS, 2024) e ao racismo diante de uma comunidade originária (CÂMARA et al., 2024) também

são problemáticas encontradas no contexto da região norte brasileira. Diante disso, este estudo buscou descrever o estado nutricional de ribeirinhos de 0 a 2 anos na região norte do país, no ano de 2024.

## 2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo-epidemiológico, de corte transversal, com abordagem quantitativa.

A coleta de dados aconteceu no dia 06 de junho de 2025, sendo realizada através do banco de dados secundários do Sistemas de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), sobre estado nutricional de ribeirinhos de 0 a 2 anos na região norte do país, no ano de 2024, disponível no endereço eletrônico: https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/, do Ministério da saúde.

As variáveis selecionadas foram: sexo, faixa etária, peso, raça/cor, comunidade e região. Utilizou-se a interface do próprio banco de dados do SISVAN. Para a análise de dados, foram realizadas estatísticas descritivas e para isso foi utilizada o software BioEstat 5.3 e em seguida foram construídas novas tabelas e gráficos, por meio do programa Microsoft Office Excel 2007.

Conforme a resolução nº 510 de 07 de abril de 2016, não foi necessário submeter o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa por se tratar de um banco de domínio público, além disso, foram respeitados os preceitos da Lei n º 12.527 de 18 de novembro de 2011 que remete a pesquisa que utilizem informações de acesso público.

## 3 RESULTADOS

Ao caracterizar estado nutricional de crianças ribeirinhas de 0 a 2 anos na região Norte do país, no ano de 2024, foi possível perceber um total de 38 casos divididas entre duas regiões Norte do Brasil (AM/PA) ambos estados se mostraram positivos quanto ao estado nutricional, considerando uma satisfatória condição de peso infantil, embora apresente uma pequena quantidade de crianças fora do peso esperado. A maioria das notificações foram do sexo feminino com um total de 52,6% (20/38).

No quadro 1, é possível observar a classificação do estado nutricional ordenada por cores, sendo:

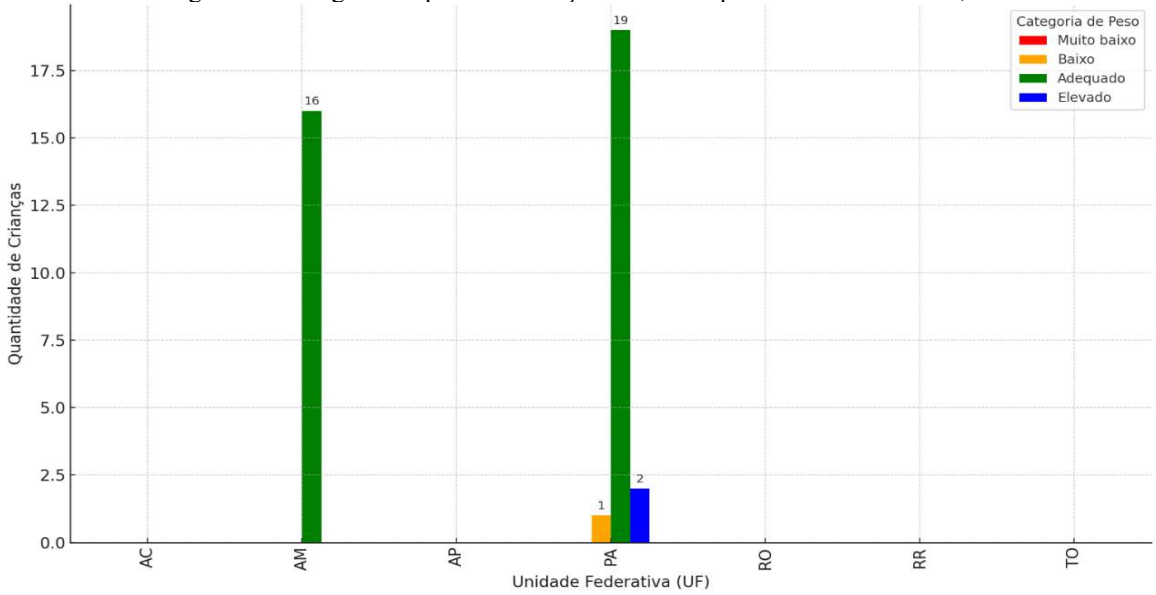
Quadro 1 – Estado nutricional de crianças de 0 a 2 anos, por unidade federativa, 2024

| | Peso muito baixo | | Peso baixo | | Peso adequado | | Peso elevado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| UF | **Quantidade** | **%** | **Quantidade** | **%** | **Quantidade** | **%** | **Quantidade** | **%** | **Total** |
| AC | 0 | - | 0 | - | 0 | - | 0 | - | 0 |
| AM | 0 | - | 0 | - | 16 | 100 | 0 | - | 16 |
| AP | 0 | - | 0 | - | 0 | - | 0 | - | 0 |
| PA | 0 | - | 1 | 4.55 | 19 | 86.36 | 2 | 9.09 | 22 |
| RO | 0 | - | 0 | - | 0 | - | 0 | - | 0 |
| RR | 0 | - | 0 | - | 0 | - | 0 | - | 0 |
| TO | 0 | - | 0 | - | 0 | - | 0 | - | 0 |
| Total Região Norte | **0** | - | **1** | **2.63** | **35** | **92.11** | **2** | **5.26** | **38** |
| Total Brasil | **0** | - | **1** | **2.38** | **39** | **92.66** | **2** | **4.76** | **42** |

Fonte: Sisvan, 2024

Os resultados alcançados mostram que o estado do Pará (PA) e Amazonas (AM) se destacam pelo registro de dados obtidos, enquanto as outras regiões aparecem com percentuais zerados. O estado do Amazonas apresenta 16 crianças com peso adequado para a idade, sem resultados em outras classes, além disso, o Pará evidencia maior número, somando a 19 crianças com peso adequado, nesta mesma região o gráfico classifica em outras categorias 2 crianças com peso elevado e apenas 1 com peso baixo para a idade.

Figura 1 – Categoria de peso de crianças 0 a 2 anos por unidade federativa, 2024



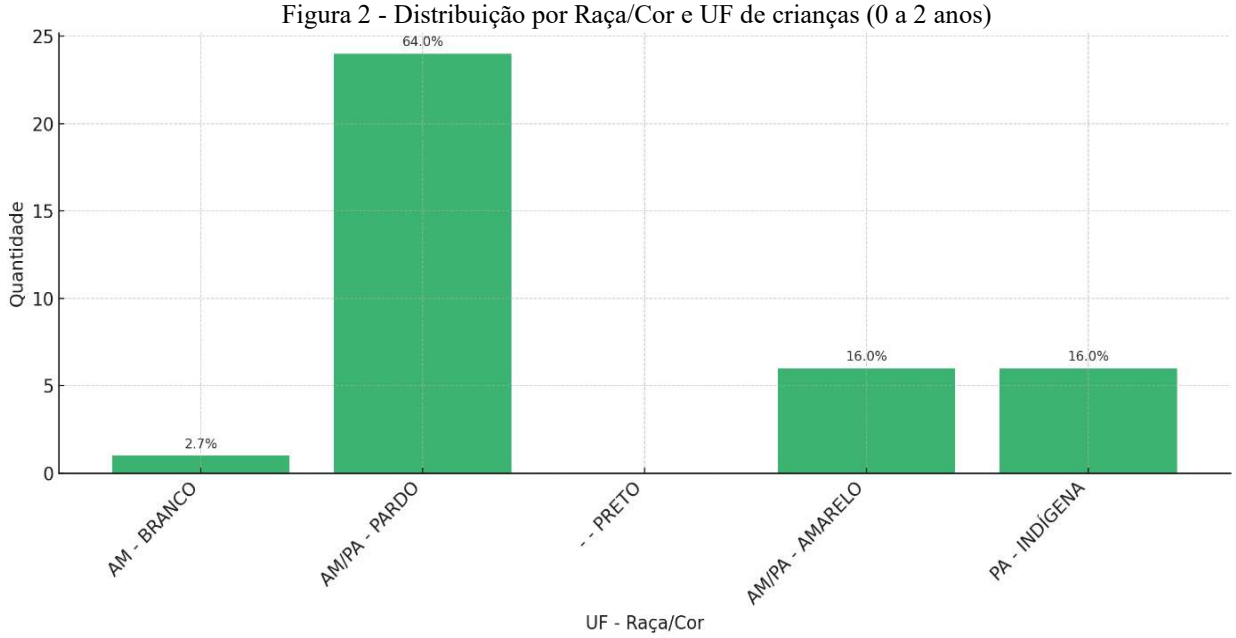

Fonte: Sisvan, 2024

A figura 2 apresenta a divisão de raça/cor de 37 crianças da região norte do Brasil, especificamente do estado do Pará (PA) e Amazonas (AM) conforme seus dados obtidos na análise do estado nutricional infantil. As categorias estão divididas em branco, pardo, preto, amarelo e indígena.

Considerando a cor parda (64%) com maior parcela de autodeclarados, equivalente a 24 crianças distribuídas entre as duas regiões norte (PA/AM). Das 24 crianças, 21 apresentaram peso adequado para a idade, enquanto 2 apresentaram peso elevado e 1 apresentou peso abaixo do esperado.

As pessoas declaradas como amarelo e indígena aparecem com a mesma porcentagem (16%) nos dois estados, resultando em 6 crianças para cada região, as duas raças (amarelo/indígena) demonstraram que a pequena parcela se classifica como peso nutricional adequado para a idade. Enquanto a proporção de registros da cor branca apresenta uma parcela bem reduzida, com apenas 1 criança (2,7%) enquadrando-a como peso adequado para a idade. A classificação racial preta não expõe registro de dados referentes a este público infantil, considerando a raça parda predominante no atual estudo, apesar da ausência de dados, grande parcela do público infantil revelou-se dentro do padrão esperado no estado nutricional para a idade.

Figura 2 - Distribuição por Raça/Cor e UF de crianças (0 a 2 anos)




Fonte: Sisvan, 2024

## 4 DISCUSSÃO

A condição nutricional referente ao peso consiste na junção e avaliação de vários determinantes e, durante a fase lactente do ser humano, a amamentação e a introdução alimentar funcionam como régua para justificar a classificação antropométrica, além de outras questões a serem avaliadas durante a anamnese. Somado a isso, os primeiros dois anos de vida referenciam uma etapa de crescimento acentuado e de grande relevância para o desenvolvimento infantil, podendo ser afetado por contextos de vulnerabilidade às mazelas sociais, econômicas e ambientais, os quais se manifestam nas classificações de peso e altura (RIBEIRO et al., 2021).

Dado o exposto, a amamentação no contexto da região norte brasileira possui uma posição de destaque em âmbito nacional no que tange ao seguimento do aleitamento materno durante o primeiro ano de vida,

mesmo após a introdução alimentar (BRASIL, 2009) e tem como fatores, dentre diversas questões, a permanência da mãe em casa nos primeiros meses de vida, o atraso na inserção de água, chás e outros leites na alimentação e não oferecer chupetas, sendo esse último um dos fatores associados à amamentação até os 2 anos entre mães adolescentes (MACIEL et al., 2022).

Ainda, o aleitamento materno é considerado um coadjuvante na introdução alimentar, pois a depender da alimentação da mãe o leite materno apresentará sabores e aromas que facilitarão a adesão à alimentação complementar (BRASIL, 2015). A introdução alimentar precoce pode acarretar o desmame, obesidade na infância e na fase adulta, diarreia e doenças gastrointestinais, bem como problemas na absorção de nutrientes. No entanto, quando há atraso na oferta de outros alimentos pode causar à criança déficits nutricionais (PIRES et al., 2024), e os fatores de ambos os momentos podem gerar à criança prejuízos relacionados ao peso e desenvolvimento no geral, sendo a alimentação complementar variada a depender do estado onde a criança reside, considerando que no Brasil cada território possui tradições alimentares diferentes.

O Brasil possui uma cultura alimentar bastante diversificada em cada região e a região norte possui diversos locais cercados por igarapés, rios e furos onde vivem populações ribeirinhas, as quais possuem uma grande variedade de alimentos que reforçam hábitos saudáveis e, consequentemente, uma melhor qualidade de vida devido o valor nutricional desses produtos habitualmente consumidos (GAMA et al., 2018; MONTEIRO, 2019). Diante disso, é muito relevante que uma alimentação saudável seja proposta desde a introdução alimentar e a oferta de açúcar apenas após os 2 anos para evitar rejeições aos sabores das frutas, verduras e legumes, além de postergar ao máximo a inserção de outros alimentos ultraprocessados na rotina alimentar das crianças devido a falta de nutrientes e riscos para a saúde (FERREIRA et al., 2023).

Os resultados de uma boa ou má alimentação na infância podem ser reproduzidos a partir da avaliação de três índices antropométricos mais recorrentes: peso para idade (P/I), comprimento para idade (C/I) e peso para comprimento (P/C), sendo o peso um parâmetro rapidamente modificado em curto tempo a depender da ingestão alimentar da criança e o comprimento uma medida difícil de ser aferida na rotina das unidades de saúde, e tais questões podem subestimar ou superestimar os diagnósticos que do ponto de vista da saúde pública, é essencial não apenas o monitoramento do estado nutricional (WHO, 1995), mas também a identificação dos motivos que levaram às alterações nutricionais para propor intervenções visando reduzir ameaças à saúde e proporcionar saúde para as crianças (ORTELAN et al., 2019).

O gráfico mostra que poucas crianças foram avaliadas em toda região norte ribeirinha, sendo somente dois estados (Amazonas e Pará) a apresentar resultados escassos e os demais não gerando nenhuma informação quanto ao estado nutricional dessas crianças, o que leva ao desconhecimento de como está a questão alimentar nos demais locais. Mesmo que os poucos números coletados tenham um resultado satisfatório na classificação do peso como adequado isso não pode bastar e nem ser considerada a situação geral de saúde das crianças ribeirinhas. De acordo com Silva et al., (2012), as comunidades ribeirinhas vivem

situações sociais que prejudicam a qualidade de vida dos moradores devido a localização, e isso torna os serviços de saúde pública distantes da realidade e, consequentemente, as ações de promoção à saúde e outras informações essenciais não têm o alcance necessário, sendo as crianças as mais afetadas, pois não possuem responsabilidade por sua própria saúde.

Ademais, apesar da alimentação ribeirinha ter como base a pesca e o cultivo de outros alimentos de origem vegetal que são considerados alimentos saudáveis, os alimentos industrializados tem entrado no cardápio dessas populações e sendo altamente consumidos, levando à uma grande preocupação devido os aspectos nutricionais, riscos e possíveis deficiências que esses alimentos podem acarretar, e o aumento desse consumo se dá devido a acessibilidade no custo (RIBEIRO et al. 2022). Ou seja, os aspectos econômicos, sociais, culturais e a distância do cuidado público de direito a cada cidadão a uma saúde digna entra em embate e contrasta com as riquezas naturais que esses locais possuem (GAMA et al., 2022).

As questões geográficas, culturais particulares e outros aspectos logísticos são determinantes para as dificuldades de cobertura da vigilância alimentar e nutricional na região norte do país devido tanto às características territoriais por conta da presença de floresta que dificulta o acesso quanto pelos desafios de diálogo entre gestores e técnicos com as comunidades ribeirinhas e indígenas que possuem crenças divergentes quanto ao processo saúde-doença e o que se deve priorizar quanto aos cuidados com a própria saúde (SANTOS et al., 2018). Nesse ínterim, por mais que haja um ideal preconizado sobre cuidados nutricionais na infância, a falta de acesso à saúde em sua integralidade como preconiza o sistema por parte das populações ribeiras impede a generalização de que as condições nutricionais que prevalecem de 0 a 2 anos são adequadas somente por uma representação mínima de crianças registradas terem apresentado peso adequado a partir do momento que se compreende tudo o que envolve o contexto dessas pessoas.

## 5 CONCLUSÃO

Por tudo que foi exposto ao longo deste estudo, conclui-se que, embora os dados referentes às crianças ribeirinhas de 0 a 2 anos nos estados do Amazonas e Pará indiquem predominantemente peso adequado para a idade, esses resultados não são representativos da totalidade das populações ribeirinhas da região Norte do Brasil. Desse modo, os dados ausentes nos demais estados evidenciam um significativo vazio informacional, que limita a compreensão global do contexto nutricional infantil nessa área.

Além disso, fatores estruturais — como dificuldades de acesso aos serviços de saúde, introdução precoce de alimentos ultraprocessados, insegurança alimentar e hídrica, e discriminação — atuam como determinantes críticos para o estado nutricional das crianças. Considerando que os resultados positivos observados se aplicam a apenas uma parcela da população, não se pode supor que a condição nutricional seja homogênea em todo o território ribeirinho.

Portanto, é fundamental ampliar a cobertura do SISVAN em regiões remotas, bem como fortalecer ações de educação nutricional culturalmente sensíveis. Além disso, é importante promover políticas de saúde com maior presença nas comunidades e fomentar estudos complementares que aprofundem o conhecimento sobre a situação nutricional nas localidades não representadas. Estudos futuros devem investigar, por exemplo, o impacto das tradições alimentares locais associadas à inserção de ultraprocessados, bem como os efeitos de intervenções em saúde pública direcionadas às mães e às famílias nas comunidades ribeirinhas.

Consequentemente, com o reconhecimento das especificidades socioculturais, geográficas e econômicas dessas populações, será possível assegurar, de forma mais eficaz, o direito à alimentação adequada e à saúde integral das crianças da região norte do Brasil.

## REFERÊNCIAS

BRITO, A. C. U.; SANTANA, R. O. Saberes, cuidados e educação na primeira infância: estudo etnográfico em comunidades tradicionais da Amazônia. Educação, [S. l.], v. 47, n. 1, p. e45467, 2024. DOI: 10.15448/1981-2582.2024.1.45467. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/45467. Acesso em: 19 maio. 2025.

CAJAIBA, R. F. .; GOMES, V. A. S.; COSTA, J. N.; SILVEIRA, M. da C. .; DAMASCENO, P. R. .; TRINDADE, T. P.; FERREIRA, M. S. Infant death due to nutritional anemia in Brazil between 2008 and 2020: an epidemiological study. Research, Society and Development, [S. l.], v. 12, n. 6, p. e22912642284, 2023. DOI: 10.33448/rsd-v12i6.42284. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/42284. Acesso em: 19 maio 2025.

CÂMARA, J. H. R.; VARGA, I. V. D.; FROTA, M. T. B. A.; SILVA, H. P. Racismo e insegurança alimentar: mazelas de uma comunidade quilombola da Amazônia Legal Brasileira. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, e16672023, 2024. DOI: 10.1590/1413-81232024293.16672023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/htMGzXgVncwLcyDDBrQqj3P/. Acesso em: 19 maio 2025.

CASAL, L. B.; CICERI, A. C. M.; OLIVEIRA, S. A.; HOPPE, N. C.; JACOBI, N. F.; ROHERS, M.; NORA, M. D.; NETO, J. B. C.; CARVALHO, J. A. M.; PANIZ, C. Saúde nutricional infantil: um estudo sobre folato, vitamina B12 e vitamina D em crianças hospitalizadas. Hematology, Transfusion and Cell Therapy, v. 46, supl. 4, p. S18–S19, out. 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.htct.2024.09.032. Acesso em: 19 maio 2025.

FERREIRA, D. T. T.; BRAZÃO, E. V. P.; SOUZA, D. R.; PINTO, Y. B.; SILVA, L. R. B.; DE LUCENA, T. C. A relação dos alimentos regionais na nutrição de crianças ribeirinhas. Brazilian Journal of Health Review, [S. l.], v. 6, n. 6, p. 31574–31590, 2023. DOI: 10.34119/bjhrv6n6-387. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/65596. Acesso em: 19 may. 2025.

GOBI, Mariele; PRADO, Keterli; TORTELLI, Fabíola; BRUCH-BERTANI, Juliana Paula. Perfil nutricional de pré-escolares avaliados dentro do Programa Saúde na Escola no município de Guaporé-RS. In: ADAMI, Fernanda Scherer; FASSINA, Patricia (orgs.). Produção científica de acadêmicos do curso de graduação em Nutrição da Universidade de Vale do Taquari-RS [recurso eletrônico]. Lajeado: Editora Univates, 2023. p. 43-51. Disponível em: https://www.univates.br/editora-univates/media/publicacoes/387/pdf_387.pdf. Acesso em: 19 maio 2025.

MATA, M. M.; SANUDO, A.; MEDEIROS, M. A. T. Insegurança alimentar e insegurança hídrica domiciliar: um estudo de base populacional em um município da bacia hidrográfica do Rio Amazonas, Brasil. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 40, n. 4, e00125423, 2024. DOI: 10.1590/0102-311XPT125423. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/csp/2024.v40n4/e00125423/. Acesso em: 19 maio 2025.

MAYCÁ, A. M.; MARTINELLI, A. V.; MARCHIORO, F.; MOREIRA, F. F.; SANTOS, G. C.; VERA, R. S.; CARDIM, V. O.; KAWAKAMI, R. M. S. A. Perfil nutricional de crianças de um Centro Municipal de Educação Infantil em Várzea Grande. Jornada Mato-Grossense de Epidemiologia Clínica, Várzea Grande, v. 1, p. 2720, out. 2024. Disponível em: https://www.periodicos.univag.com.br/index.php/jornadamtepidemio/article/view/2720. Acesso em: 19 maio 2025.

MEDEIROS, F. G.; MAINBOURG, E. M. T.; FERREIRA, A. A.; BALIEIRO, A. A. da S.; WELCH, J. R.; COIMBRA JUNIOR, C. E. A. Perfil nutricional de crianças indígenas menores de cinco anos de idade no Alto Rio Solimões, Amazonas, Brasil (2013). Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil, Recife, v. 23, e20220401, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/TRqtdxdtRN7CsvPy9Zrxwkv/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 19 maio 2025.

MREJEN, M.; CRUZ, M. V.; ROSA, L. O Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) como ferramenta de monitoramento do estado nutricional de crianças e adolescentes no Brasil. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, e00169622, 2023. DOI: 10.1590/0102-311XPT169622. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/YQDs3QhStVk9qVnZjNCPWyK/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 19 maio 2025.

PINTO, M. S. O sistema de vigilância alimentar e nutricional entre o preconizado e o realizado: percepções de usuários, profissionais de saúde e gestores. 2023. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/76708. Acesso em: 19 maio 2025.

SANTOS JUNIOR, H. G.; FERREIRA, A. A.; SOUZA, M. C.; GARNERO, L. Condições de vida, nutrição e saúde materno-infantil no povo indígena Baniwa, noroeste amazônico, Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 29, n. 12, e07152024, dez. 2024. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/csc/2024.v29n12/e07152024/es/. Acesso em: 19 maio 2025.

SILVA, A. C. C.; SILVA, M. F. C. Estudo etnográfico em comunidades tradicionais da Amazônia. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 40, e07152024, 2024. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-25822024000100107&script=sci_arttext. Acesso em: 19 maio 2025.

WERNET, M.; SILVEIRA, A. O.; CARVALHO, J. R. B. de; COSTA, G. P. da; FREITAS, B. H. B. M. de; MENESES, R. R. da S.; MAGALHÃES, B. C. Práticas e crenças nas relações de cuidado da criança em territórios quilombolas: revisão integrativa. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 49, n. 144, e9681, jan.-mar. 2025. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/sdeb/2025.v49n144/e9681/pt/. Acesso em: 19 maio 2025.

RIBEIRO, R. C.; CONCEIÇÃO, R. A.; ALVES, M. N. F.; LOBÃO, V. F.; FEITOSA, T. M. P. Estado nutricional de crianças menores de dois anos na região norte. In: Anais do Congresso Nacional de Alimentos e Nutrição. Anais. Ouro Preto (MG) Edição on-line, 2021. Disponível em: https//www.even3.com.br/anais/vconan/368866-ESTADO-NUTRICIONAL-DE-CRIANCAS-MENORES-DE-DOIS-ANOS-NA-REGIAO-NORTE. Acesso em: 24 de maio de 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. II Pesquisa de Prevalência de Aleitamento Materno nas Capitais Brasileiras e Distrito Federal. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2009 [citado 2016 Mar 20]. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pesquisa_prevalencia_aleitamento_materno.pdf

MACIEL, V. B.; ABUCHAIN, E. S.; MAIA, R. R.; COCA, K. P.; MARCACINE, K. O.; ABRÃO, A. C. Amamentação em menores de dois anos em uma cidade da Região Amazônica. Acta Paulista de Enfermagem, v. 35:eAPE02487, 2022.

Departamento de Atenção Básica, Secretaria de Atenção à Saúde, Ministério da Saúde. Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar. 2a Ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2015.

PIRES, P. L. S.; ROMÃO, R. S.; SOUZA, R. C.; PEREIRA, L. A.; RINALDI, A. E. M.; AZEVEDO, V. M. G. O. Introdução da alimentação complementar e fatores associados em recém-nascidos pré-termo e com baixo peso: estudo de coorte prospectivo. Cadernos de Saúde Pública, v. 40, n. 8):e00194923, 2024.

GAMA, A. S. M.; FERNANDES, T. G.; PARENTE, R. C. P.; SECOLI, S. R. Inquérito de saúde em comunidades ribeirinhas do Amazonas, Brasil. Cadernos de Saúde Pública, v. 34, n. 2, 2018.

MONTEIRO, R. C. A. Alimentação no Amazonas: evolução da participação dos alimentos regionais e percepção da satisfação com o consumo no domicílio. 2019. 83 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Saúde; Epidemiologia; Política, Planejamento e Administração em Saúde; Administra) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

FERREIRA, D. T. T.; BRAZÃO, E. V. P.; SOUZA, D. R.; PINTO, Y. B.; SILVA, L. R. B.; LUCENA, T. C. A relação dos alimentos regionais na nutrição de crianças ribeirinhas. Brazilian Journal of Health Review, v. 6, n. 6, p. 31574-31590, nov./dec., 2023.

World Health Organization (WHO). Physical status: the use and interpretation of anthropometry. Genebra: World Health Organization; 1995. (Technical Report Series, 854).

ORTELAN, N.; AUGUSTO, R. A.; SOUZA, J. M. P. Fatores associados à evolução do peso de crianças em programa de suplementação alimentar. Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 22:e190002, 2019.

SILVA, R. J.; GARAVELLO, M. E. P. E. Ensaio sobre transição alimentar e desenvolvimento em populações caboclas da Amazônia. Revista Segurança Alimentar e Nutricional, v. 19, n. 1, p. 1-7, 2012.

RIBEIRO, P. P.; FERREIRA, J. C. de S.; FIGUEIREDO, R. S. O impacto da alimentação na comunidade de São Benedito no município de Nhamundá da influência pela má alimentação na capital do Amazonas. Research, Society and Development, v. 11, n. 15, p. e216111537254, 2022.

GAMA, A. S. M.; CORONA, L. P.; TAVARES, B. M.; SECOLI, S. R. Padrões de consumo alimentar nas comunidades ribeirinhas da região do médio rio Solimões – Amazonas – Brasil. Revista Ciência & Saúde Coletiva, v. 27, n. 7, p. 2609-2620, 2022.

SANTOS, I. S.; VIEIRA, F. S. Direito à saúde e austeridade fiscal: O caso brasileiro em perspectiva internacional. Revista Ciência & Saúde Coletiva, v. 23, n. 7, p. 2303-2314, 2018.